MONTEPIO CIVIL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS — PENSÃO — FILHOS ADULTERINOS

— Sendo o Montepio Civil dos Funcionários Públicos uma instituição sui generis, as pensões que concede regem-se pela legislação que lhe é própria, não sendo invocáveis, para tal fim, os dispositivos do Código Civil.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCESSO N.º 174.405-44

Zélia do Bonfim Ribeiro — Recurso do ato da D. D. que negou direito à percepção de montepio a seus tutelados, filhos adulterinos do ex-contribuinte

Ariston do Bonfim Ribeiro, carteiro, aposentado, da D. R. C. T. — Nego provimento ao recurso (fls. 63), de acôrdo com os pareceres da D. D. e da P. G. (fls. 65-6), para manter o despacho recorrido (fls. 57-v), por seus legais fundamentos.

2. Restitua-se o processo à D. D., para os devidos fins.

D. G. F. N., em 24-5-45. — *Paulo Lyra*, diretor geral da Fazenda Nacional.

Na petição de fls. 62, Zélia Bonfim Ribeiro recorre do despacho do senhor Diretor da Despesa Pública, que julgou concedidas com violação de dispositivos legais as pensões de montepio atribuídas pelos títulos provisórios de fls. 30 a 34, aos cinco filhos menores, adulterinos, de seu irmão, Ariston Bonfim Ribeiro, ex-carteiro, aposentado, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em Sergipe — Ministério da Viação e Obras Públicas — casado civilmente com Clotilde Machado de Almeida Ribeiro, que lhe sobrevive, e, mais tarde, eclesiasticamente, com Margarida Teles de Carvalho, progenitora dos citados menores.

2. Parece-me, são procedentes as justificativas apresentadas pela recorrente, de vez que, sendo o Montepio Civil dos Funcionários Públicos uma instituição *sui generis*, as suas pensões são concedidas exclusivamente de acôrdo com a sua legislação, não podendo aproveitar-se os pretendentes à pensão dos dispositivos do Código Civil Brasileiro, que, regendo matéria diferente como seja — investigação de paternidade, pensão alimentar, etc., etc., não tem aplicação ao caso em lide.

3. O art. 16 e § 1.º do Decreto n.º 22.414, de 30 de janeiro de 1933, dispõe :

“Por morte do contribuinte têm direito à pensão as pessoas de sua família nomeadas na declaração, tendo preferência, com exclusão de outros parentes e na ordem que se segue :

A viúva, se em ação de desquite não foi considerada cônjuge culpada e vivia em família; os filhos menores e as filhas solteiras que viviam na companhia do contribuinte ou fora dela, com seu consentimento, legítimos, legitimados, naturais reconhecidos ou adotivos, cabendo a metade da pensão à viúva e a outra metade repartidamente aos filhos e filhas”, não amparando, portanto, os filhos adulterinos nem os naturais não reconhecidos. Os menores citados não poderiam ser legitimados ou naturais reconhecidos porque são adulterinos — havidos na constância do casamento civil — e, como tais, não são suscetíveis de reconhecimento, uma vez que o próprio Código Civil a isso se opõe.

4. Isto pôsto, sou por que se mantenha a decisão recorrida, procedendo-se ao recolhimento aos cofres públicos das pensões indevidamente recebidas, e, ao cancelamento dos títulos provisórios, não só dos menores adulterinos, mas também, da legítima viúva do ex-contribuinte, que deverá habilitar-se na forma do Decreto n.º 3.607, de 1866, de vez que é omissa a declaração de família de próprio punho do *de cujus*, feita no ano de 1933.

A consideração superior.

Em 5-5-45. — *Etigênia Gonçalves*, Escriurário E, do Q. P.
Concordo.

S. Pensões, 7-5-45. — *José M. N. Vinhais*, Chefe.

De inteiro acôrdo. Submeto o presente recurso à consideração superior.

D. D. P., 14-5-45. — *Raimundo Brígido Borba*, Diretor.

Solicito parecer da P. G.

Em 16-5-45. — *F. Moacir Sabóia Santos*, Chefe de Gabinete.

Pelo não provimento do recurso.

2. Deve ser mantida a decisão da Diretoria da Despesa, que se apóia na lei, sempre aplicada na espécie uniformemente.

3. Os filhos menores, a que alude a recorrente, havidos na vigência do matrimônio do *de cujus* de outra mulher que não a sua espôsa legítima, de quem não estava separado legalmente, são adulterinos e não podiam e não podem ser declarados como reconhecidos.

4. Revenha o processo à D. G.

P. G. F. P., 22-5-45. — *João Domingues de Oliveira*, Procurador Geral.